



**PRIMEIRO
MINISTRO**

**DISCURSO DE
SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO
DR. RUI MARIA DE ARAÚJO
POR OCASIÃO DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE LEI
DE ORÇAMENTO RECTIFICATIVO DE 2015**

Parlamento Nacional, Díli
1 de Abril de 2015



Palácio do Governo,
Avenida Presidente Nicolau Lobato,
Díli, Timor-Leste

Sua Excelência
Senhor Presidente do Parlamento Nacional

Suas Excelências
Vice-Presidentes do Parlamento Nacional

Suas Excelências
Senhoras e Senhores Deputados

Caros colegas
Senhoras e Senhores membros do Governo

Senhoras e senhores
Povo Timorense,

É com elevada honra que me dirijo, uma vez mais e num tão curto espaço de tempo, a Vossa Excelência, Senhor Presidente, e a todos os distintos Deputados do Parlamento Nacional, para apresentar a Proposta de Lei de Orçamento Rectificativo para 2015.

O Orçamento Rectificativo para o ano de 2015 consubstancia a forma como este Governo pretende executar no curto prazo o Programa do Governo que, na passada semana, os senhores distintos Deputados tiveram oportunidade de apreciar, num debate construtivo e democrático.

O Programa do VI Governo é um programa de continuidade, não só porque pretende dar seguimento às políticas definidas no Governo anterior mas também porque emana do Plano Estratégico de Desenvolvimento, que define a nossa visão até 2030. Esta é uma visão de longo prazo porque aspiramos transformar Timor-Leste num país com rendimentos médio-altos e com uma população próspera, instruída e saudável, pois sabemos que fortalecendo o Povo, fortalecemos a Nação.

Os Governos antecessores têm vindo a definir as prioridades para Timor-Leste e a implementar, com sucesso, muitas políticas e programas que colocam hoje o país numa situação de estabilidade social e política, onde se vive em ambiente de paz e segurança. É inegável que estes são factores cruciais para o crescimento e desenvolvimento da nação.

E porque se tem vindo a trabalhar nessas e para essas prioridades, muitos objectivos foram já alcançados. Todos podemos atestar as conquistas que, em tão poucos 13 anos como país independente, conseguimos alcançar.

Hoje temos uma população que vive de forma estável, tranquila e segura, e temos famílias com um maior poder de consumo, no que respeita a bens e serviços, com um aumento de cerca de 38% entre 2007 e 2012. O apoio concedido aos nossos heróis da libertação nacional e os apoios aos mais vulneráveis, mães, viúvas, idosos, deficientes e crianças, contribuíram para estes resultados e vão continuar a ser uma prioridade para o VI Governo.

Registámos também, nos últimos anos, o aumento de 66%, em 2007, para os 92% de crianças que, em 2013, frequentam a escola; a queda de mais de 50% da taxa de mortalidade infantil e mortalidade em crianças com menos de 5 anos, entre 2001 e 2009; e a diminuição de 46% para 38%, entre 2001 e 2013, da taxa de malnutrição infantil em crianças, com menos de 5 anos, que tinham peso abaixo do normal. Em 2014, a Organização Mundial de Saúde reconheceu o esforço de Timor-Leste na implementação do Programa Nacional de Controlo da Malária quando atingimos este Objectivo do Desenvolvimento do Milénio, com uma incidência de malária de menos de 1 caso por cada 1000.

Estes são dados estatísticos que atestam a melhoria dos indicadores sociais do país. Orgulhemo-nos de os ter alcançado!

O VI Governo irá continuar a criar as condições básicas para melhorar a vida dos timorenses e para gerar outros tipos de riqueza, que não só as provenientes dos nossos recursos naturais. Por esta razão, **sabemos que precisamos de produzir mais mas precisamos de construir primeiro a capacidade de produzir!**

Os Fundos Especiais estabelecidos, como o das Infra-estruturas e do Desenvolvimento do Capital Humano, vieram contribuir para melhorar, quantitativamente e qualitativamente, infra-estruturas essenciais e recursos humanos que permitem iniciar o nosso objectivo de diversificação da economia.

No final de 2014, através do Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano, contávamos com mais de 2.800 bolsas de estudo atribuídas. Destas, cerca de 718 na área da educação e outras 1.600 na área da saúde, contribuindo assim para desenvolver estes sectores determinantes para a Nação. O plano integrado de desenvolvimento de infra-estruturas básicas, que inclui a construção de redes rodoviárias, será também fundamental para o incremento dos sectores produtivos do país.

No passado recente houve melhorias muito significativas no acesso à electricidade, sendo que se em 2007 apenas 22% das famílias tinha acesso à electricidade, em 2014 houve um aumento para 71%. O programa de electrificação do país, com a construção de duas novas centrais eléctricas, constitui o maior investimento do Estado até ao presente e visa providenciar a geração, transmissão e distribuição fiáveis de electricidade a todo o território, para benefício dos cidadãos e, também, para o desenvolvimento de empresas e indústrias. Está ainda em curso a construção de uma central eléctrica em Oe-cusse, infra-estrutura fundamental para esta região.

As taxas médias de crescimento económico de cerca de 12,5% ao ano, entre 2007 e 2011, e de cerca de 7% nos últimos três anos, não teriam sido possíveis sem as importantes reformas no âmbito da gestão das finanças públicas e do montante investido nos sectores de desenvolvimento do país. Entidades como a Câmara de Comércio e Indústria, a Agência Especializada de Investimento, o “Balcão Único – SERVE” e o Banco Comercial de Timor-Leste irão continuar a ser desenvolvidos de forma a apoiar o tecido empresarial, incluindo as pequenas e médias empresas, cooperativas e grupos industriais e comerciais.

Excelência, Senhor Presidente
Excelências, Senhores Vice-Presidentes
Excelências, Senhores Deputados,

Reconhecemos, porém, que se muito foi feito, muito falta fazer. Temos, ainda, de percorrer muito caminho para conseguirmos que todas as nossas crianças frequentem a escola e que estejam bem nutridas. Para conseguirmos que todos os cidadãos tenham acesso a serviços e bens que lhes proporcionem uma vida digna. Muito caminho falta percorrer para alcançarmos as nossas aspirações a um crescimento diversificado, inclusivo e sustentável.

Para tal, é essencial o investimento em vários sectores de actividades. Investimento este que tem que ser ponderado, equilibrado e transversal! O VI Governo está verdadeiramente empenhado no crescimento e diversificação da nossa economia, tornando-a cada vez mais independente do Fundo Petrolífero.

E se já temos o roteiro para alcançar este objectivo, retratado no Plano Estratégico de Desenvolvimento, que detalha os programas e as políticas necessárias para atingir a visão de desenvolvimento, cabe agora ao VI Governo acrescentar a esta herança uma nova dinâmica de actuação. O desafio que se apresenta ao VI Governo é, portanto, atingir uma maior eficiência na implementação do investimento e na execução de programas. Como? Alcançando mais resultados nos sectores produtivos e exigindo uma melhor prestação de serviços do sector público, e também privado, conduzindo uma despesa pública mais gerativa, mais coordenada e mais transparente.

Senhoras e Senhores,

O Plano Estratégico reconhece que é necessário haver uma etapa inicial de desenvolvimento em que o sector público assume a dianteira. Nessa etapa a despesa pública aumenta, são construídas infra-estruturas essenciais e o sector público conduz o crescimento económico. Timor-Leste conseguiu este desenvolvimento conduzido pelo sector público entre 2008 e 2012, aumentando para mais do dobro o investimento público durante este período. Isto contribuiu para taxas de crescimento económico muito elevadas e concentradas na reforma da administração pública e no sector da construção civil.

No entanto, esta seria uma primeira etapa de desenvolvimento de forma a contribuir para a construção da capacidade de produzir. A longo prazo, o Governo não pode continuar a conduzir o crescimento através do aumento significativo da despesa pública, uma vez que isso poderá hipotecar o Fundo Petrolífero. Devemos, portanto, passar para uma segunda etapa conduzida pelo sector privado, onde os sectores da agricultura, do turismo e da indústria petroquímica crescem e dão lugar a uma economia produtiva onde as pessoas são mais capacitadas e trabalharão com afinco para produzir bens.

Gostaria de destacar aqui que nos encontramos actualmente na transição para a segunda etapa de desenvolvimento. Isto significa que as taxas de desenvolvimento do crescimento do PIB não-petrolífero irão descer, porém o crescimento económico será de melhor qualidade devido a quatro razões:

- i) o crescimento económico será cada vez mais conduzido pelo sector privado e não apenas pelo investimento público, com investimentos produtivos que nos permitirão começar a produzir bens no país. O recente acordo assinado com a empresa *Heineken*, com um investimento de 40 milhões de dólares e a criação de 200 postos de trabalho directos e 800 indirectos, são um exemplo disto.
- ii) a inflação continuará a ser baixa e terá níveis inferiores aos registados nos últimos anos, mantendo-se a previsão de não ultrapassar os 4% a 6%, o que pode representar um aumento do poder de compra dos cidadãos e contribuir para a redução da pobreza. Este é um benefício que se vai igualmente reflectir entre os investidores na medida em que conduzirá a uma redução dos custos das empresas, permitindo que Timor-Leste se torne mais competitivo a nível internacional e, conseqüentemente, possa aumentar as exportações e o investimento.
- iii) o consumo médio das famílias continuará a crescer. Este consumo das famílias constitui uma melhor forma de medir o nível de vida do que o PIB não-petrolífero.
- iv) os frutos do crescimento económico serão partilhados de forma ampla entre todos os timorenses, não ficando apenas concentrado em Díli, e combatendo assim as desigualdades.

Por estas razões, embora o crescimento económico possa ser mais baixo, será mais sustentável e o nível de vida das pessoas melhorará de forma mais rápida. O Governo anterior, ao diminuir o orçamento de 2015 em 13% relativamente ao orçamento de 2012, reconheceu que Timor-Leste estava a caminhar para a segunda etapa de desenvolvimento, praticando assim uma política fiscal conservadora, cortando o volume do orçamento em vez de o aumentar.

O VI Governo está empenhado em continuar esta tendência. Como tal, **continuaremos a moderar o nível de despesa pública, apostando numa maior qualidade e sustentabilidade da economia.**

Excelência, Senhor Presidente
Excelências, Senhores Vice-Presidentes
Excelências, Senhores Deputados

O Governo está, portanto, empenhado em tornar o investimento público mais eficiente. Isto significa moderar a despesa pública a médio prazo, ao mesmo tempo que melhora a prestação de serviços. Os Distintos Deputados podem perguntar, e bem, de que forma nos propomos a consegui-lo. Pois bem:

O primeiro passo é o presente orçamento rectificativo, o qual aumenta a eficácia através da optimização da estrutura do Governo, com uma administração mais pequena, mais produtiva e eficiente, tornando-a mais capaz de desempenhar as suas funções e com uma gestão mais responsável dos dinheiros públicos. Esta optimização do Governo inclui

igualmente uma maior coordenação entre ministérios, também no planeamento transversal e na formulação e implementação de políticas.

O segundo passo consiste numa revisão da despesa. Iremos rever cada item, linha e programa de despesa governamental, e cortaremos todas as despesas supérfluas. Uma revisão com estas características é uma tarefa considerável que requer análises detalhadas e que não pode ser apressada, pelo que será conduzida ao longo do ano e as suas recomendações utilizadas para informar o processo do OGE 2016.

Excelência, Senhor Presidente,
Excelências, Senhores Vice-Presidentes,
Excelências, Senhores Deputados,

A Proposta de Lei de Orçamento Rectificativo de 2015 que hoje apresento, mantém o total inalterado de **1.570,000 milhões de dólares**. Este investimento, será financiado pelas receitas domésticas, pelo Rendimento Sustentável Estimado e pelos levantamentos acima deste. Também o saldo de dinheiro e os empréstimos não sofreram alterações em relação ao orçamento de 2015.

O Orçamento Rectificativo para 2015 vai, portanto, responder sobretudo à nova estrutura governamental com uma administração mais focada na prestação de serviços e nos resultados, e às exigências de um Governo que intenta fazer mais e melhor, investindo o mesmo e evitando gastos supérfluos, para obter um crescimento económico com mais qualidade.

É sabido que para a implementação efectiva das políticas do Governo é essencial uma coordenação estreita entre ministérios. O estabelecimento de **três novos Ministros de Estado Coordenadores** para os sectores social económico e administrativo, e a **criação do Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico**, são o primeiro passo efectivo rumo à eficácia e à responsabilização do Governo para implementar a estratégia de desenvolvimento com o máximo de rigor e exigência. Por outro lado, o **Ministro de Estado e da Presidência do Conselho de Ministros**, viu reforçadas as suas competências, sendo responsável pela coordenação da preparação e organização do trabalho governamental e a implementação de reformas, como é o caso do sector da justiça.

O presente Orçamento de Estado reduz assim consideravelmente a dimensão do Governo mas aumenta substancialmente a sua organização e eficácia. As nossas **reformas** incidem, por isso, em melhores métodos de implementação e execução e não tanto nos conteúdos programáticos, que são de continuidade com metas a longo prazo. Temos então:

- A melhoria da coordenação entre ministérios;
- O fortalecimento do planeamento a longo prazo e uma melhor relação de qualidade-custo nos investimentos em infra-estruturas e qualidade das obras;
- A redução da complexidade e da dimensão da administração pública, para que seja mais eficiente e sustentável. Isto inclui uma maior responsabilidade e

responsabilização dos servidores públicos, também com a revisão profunda das necessidades, contratações e promoções da função pública;

- A harmonização das leis, para termos ordenamentos jurídicos instrumentais, onde os timorenses se identifiquem, promovendo ao mesmo tempo o acesso à justiça e a certeza jurídica aos potenciais investidores.

Ao **Ministro de Estado e da Presidência do Conselho de Ministros** que coadjuva o Primeiro-Ministro na Presidência do Conselho de Ministros e na coordenação do Governo, caberá, também, coordenar a reforma do sector da justiça e a reforma da uniformização das leis, estando previsto um novo orçamento neste Ministério de **400 mil dólares** para este efeito. O orçamento atribuído à Presidência do Conselho de Ministros é agora de **137,7 milhões de dólares**. A maioria deste montante está, no entanto, afecto ao valor da transferência pública para a Autoridade da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno e Zona Especial de Economia Social e de Mercado de Oe-Cusse Ambeno e Ataúro.

O **Ministro de Estado, Coordenador dos Assuntos Sociais** terá a seu cargo a responsabilidade de coordenar e implementar políticas sociais eficazes com vista a melhorar a prestação de serviços e o acesso a bens indispensáveis ao desenvolvimento humano. Isto exige, por exemplo, uma estreita colaboração com as linhas ministeriais da área da saúde, educação, formação profissional e solidariedade social. O orçamento para este Ministro de Estado é de **1,9 milhões de dólares**.

O sector económico é crucial ao desenvolvimento de Timor-Leste pelo que urge uma forte coordenação nesta área, delegada no **Ministro de Estado, Coordenador dos Assuntos Económicos**. O orçamento para esta área é de **5,3 milhões de dólares** que serão utilizados para promover um forte impulso nos sectores agrícola, do turismo, comércio e indústria, a par do desenvolvimento do tecido empresarial.

Com um orçamento de cerca de **2 milhões de dólares**, o **Ministro de Estado, Coordenador dos Assuntos da Administração do Estado e da Justiça** é responsável por uma governação mais sólida, democrática e eficaz, também dos recursos do Estado, através do fortalecimento das instituições estatais. O processo de descentralização administrativa e o projecto de criação de municípios, sob a coordenação deste Ministro, serão factores fundamentais para uma melhor e mais justa distribuição de recursos públicos, acesso a serviços nas áreas rurais e remotas e combate às desigualdades.

Os países com planos económicos a longo prazo detalhados e bem especificados desenvolvem-se mais rapidamente que os restantes países. O Governo irá desenvolver políticas mais detalhadas e integradas, custeando e definindo prioridades para todos os projectos físicos com uma melhor racionalização de recursos e assegurando que os projectos são implementados de forma mais célere e com uma melhor relação qualidade-custo. O novo **Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico** terá um orçamento de **76,5 milhões de dólares** para alcançar estes objectivos.

Neste sentido, irá ser possível gerir melhor o ciclo de investimento integrado, no qual os grandes projectos de infra-estruturas são propostos, analisados, orçamentados,

concebidos, provisionados, avaliados e fiscalizados. Isto irá permitir uma maior eficiência do investimento público neste sector que é a espinha dorsal do desenvolvimento. Também neste contexto, este Ministério irá proceder a avaliações e revisões profundas aos programas do PDID e do PNDS, para que haja uma melhor proporcionalidade entre os custos e os resultados, que devem ser mais satisfatórios e sustentáveis.

Finalmente, e porque considero que os sectores da Defesa e da Segurança são absolutamente fundamentais num Estado de Direito Democrático, não posso deixar de mencionar a criação do **Ministério do Interior e do Ministério da Defesa**, com uma melhor divisão de funções e responsabilidades que visam promover a nossa segurança interna e a protecção da nossa soberania.

A paz e a estabilidade serão sempre uma prioridade para o Governo. A provisão para as **operações de estabilidade nacional** serão suportadas com **2 milhões de dólares**, na categoria de dotações para todo o Governo, mantendo a visão de que sem paz e segurança, não podemos inspirar confiança aos investidores e nem sequer ao próprio povo timorense.

Excelência, Senhor Presidente,
Excelências, Senhores Vice-Presidentes,
Excelências, Senhores Deputados,

Como já foi referido o orçamento rectificativo não altera o orçamento do Fundo Consolidado de Timor-Leste, comparativamente ao Orçamento de Estado original de 2015. Existem, no entanto, alterações entre categorias de dotação, uma vez que o montante poupado com a optimização do Governo será utilizado em novas medidas políticas importantes, que são sistematizadas da seguinte forma:

- Salários e Vencimentos, diminui 1,5 milhões de dólares para **177,5** milhões.
- Bens e Serviços, aumenta 0,7 milhões de dólares, passando para **515** milhões.
- Transferências Públicas, diminui 4 milhões de dólares, passando para **454,4** milhões.
- Capital Menor, aumenta 3,4 milhões de dólares, passando para **31** milhões.
- Capital de Desenvolvimento, aumenta 1,5 milhões de dólares, passando a **391** milhões.

Destas novas medidas, gostaria de destacar o aumento do orçamento previsto para a **Autoridade da Região Administrativa Especial de Oe-cusse Ambeno e o projecto-piloto da Zona Especial de Economia Social e de Mercado de Oe-cusse Ambeno e Ataúro**, que contará com uma transferência adicional de 51,5 milhões de dólares, perfazendo agora um total de **133,4 milhões** de dólares. Para este projecto de desenvolvimento integrado, liderado pelo Dr. Mari Alkatiri e em quem depositamos a nossa total confiança, é crucial financiar o desenvolvimento de infra-estruturas básicas e outras

condições que sejam um motor de arranque para o crescimento económico e social desta região. Ainda neste programa, estão incluídos **1,5 milhões para as celebrações dos 500 anos da chegada dos Portugueses a Timor-Leste**. Estas celebrações irão contar com a presença de convidados internacionais, pretendendo também assim contribuir para a dinamização e crescimento desta região.

A cooperação para o desenvolvimento é uma forte componente da nossa política externa. A nossa História recorda-nos que sempre contámos com a amizade, ajuda e solidariedade de outros países. Timor-Leste pretende, também, participar no processo de desenvolvimento de outros povos irmãos, como a República da Guiné-Bissau. Com vista a continuar a reforçar o sector da defesa e segurança, crucial para a estabilização e desenvolvimento deste país, a **Agência de Cooperação de Timor-Leste** contará com **4,5 milhões de dólares**.

O Governo irá ainda continuar o compromisso com a dignificação, homenagem e apoio aos **Combatentes da Libertação Nacional**. Neste orçamento rectificativo, consta também como medida nova uma provisão para os custos operacionais dos Conselhos de Veteranos, no valor de **250 mil dólares**, por forma a estabelecer um Conselho Nacional de Combatentes de Libertação Nacional. Foram ainda alocados cerca de **150 mil dólares** para financiar o programa de intercâmbio entre os Veteranos de Timor-Leste e da Austrália.

Finalmente, e no âmbito da **Boa Governação** e porque consideramos fundamental a já referida reforma da administração pública, está também previsto a alocação de **300 mil dólares** no Gabinete do Primeiro-Ministro para dar início ao processo de melhoria da eficácia e eficiência da Função Pública. Com **500 mil dólares** iremos também começar a desenvolver o nosso programa de “Governo Electrónico”, procurando facilitar a participação mais activa e responsável de todos no processo de desenvolvimento e a prestação de serviços através da internet.

Excelência, Senhor Presidente,
Excelências, Senhores Vice-Presidentes,
Excelências, Senhores Deputados,

No contexto que acabo de descrever, não podemos deixar de ambicionar encerrar o ano financeiro como uma execução orçamental elevada mas, mais importante que isso, de qualidade e que beneficie todos os timorenses. Superando assim, se possível, os 91.6% de execução orçamental, do anterior Governo, relativo ao OGE de 2014.

O VI Governo Constitucional está preparado para os desafios que o país enfrenta e implementar uma política fiscal sustentável e uma despesa pública coerente com o que foi planeado, reduzindo desperdícios e aumentando resultados mensuráveis e de qualidade. Sobretudo num momento em que os preços de petróleo têm vindo a baixar, deixando economias como a nossa numa situação de vulnerabilidade, a diversificação económica deve começar a ganhar outra dinâmica através dum investimento inteligente nos sectores que constituem uma mais valia para Timor-Leste e com o aumento de receitas domésticas.

Só assim poderemos defender os interesses nacionais e honrar os nossos Combatentes da Libertação Nacional e todos aqueles que se sacrificaram, incluindo os nossos idosos, mulheres, jovens e crianças, para que o nosso Timor-Leste fosse um país livre e soberano.

Antes de terminar, não posso deixar de salientar o espírito de cooperação dos Distintos Deputados do Parlamento Nacional que, com a constituição da Comissão Eventual, operou com maior flexibilidade os trabalhos parlamentares de apreciação inicial da Proposta de Lei do Orçamento Rectificativo, por forma a dar mais celeridade aos trabalhos sem comprometer o rigor e a eficácia do processo de apreciação deste Orçamento.

Acreditamos que o debate de hoje será igualmente construtivo e democrático, pois confiamos que com o empenhamento de todos, sem excepção, podemos alcançar um desenvolvimento sustentado e equilibrado do nosso país. Este é o nosso compromisso para com o Povo de Timor-Leste, para com a nossa Nação!

Muito obrigado.

1 de Abril de 2015

Dr. Rui Maria de Araújo